

**MUNICÍPIO DE CANOAS / RS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**CONCURSO PÚBLICO**  
**EDITAL DE ABERTURA Nº 16/2020**

**AVISO Nº 12 – RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS**

O Prefeito do Município de Canoas/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público, por este Aviso, o que segue:

**1. DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS.**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Língua Portuguesa**

**Questão 03 – Gabarito mantido.**

A primeira afirmação é falsa, pois, conforme a linha 14, a penalidade será de um a quatro anos, além de multa. A segunda afirmação é falsa, pois, conforme o último parágrafo do texto, é possível fazer a denúncia não só por meio do Disque 100, mas também pela Ouvidoria de Polícia, pela Corregedoria da Polícia Civil, entre outros. A terceira afirmação é verdadeira, conforme percebemos no questionamento feito na linha 25. Desse modo, mantém-se o gabarito.

**Questão 04 – Gabarito mantido.**

Analisando as asserções conforme segue:

I – Está incorreta, pois, no texto, não há predomínio do ponto de vista do narrador e não há linguagem metafórica.

II – Todos os parágrafos do texto possuem mais de um período.

III – O texto não é direcionado exclusivamente aos profissionais do Direito.

IV – O texto pretende informar sobre o funcionamento da Lei de Abuso de Autoridade. Além disso, os parágrafos possuem mais de uma frase.

Sendo assim, mantém-se o gabarito.

**Questão 05 – Gabarito mantido.**

Analisando as asserções conforme segue:

I – As orações subordinadas adjetivas restritivas não são separadas por vírgula. Além disso, a segunda vírgula é usada para separar itens de uma mesma série.

II – Vocativo é um chamamento, o que não ocorre no trecho demarcado.

III – A vírgula foi usada para separar uma oração subordinada.

IV – As vírgulas foram utilizadas para separar, enumerar itens de uma mesma função sintática.

Assim sendo, mantém-se o gabarito.

**Questão 07 – Gabarito mantido.**

A questão solicita que seja selecionada a alternativa que apresenta erro de concordância nominal e/ou verbal, portanto, a única alternativa que apresenta tal erro é a alternativa da letra “C”, pois a expressão “está previsto” deve concordar em gênero e número com “uma pena”. Diante disso, mantém-se o gabarito.

**Questão 08 – Gabarito mantido.**

Conforme previsto no conteúdo programático do Edital de Abertura da respectiva da área de conhecimento, o conteúdo solicitado na presente questão é ortografia. Sendo assim, a alternativa que preenche corretamente as lacunas dispostas no enunciado é a alternativa de letra “A”.

**Questão 09 – Gabarito mantido.**

Analisando as asserções conforme segue:

I – Não há como afirmar que todos os verbos estão no presente do indicativo, um exemplo é o verbo “passou”, linha 04, conjugado no pretérito perfeito do indicativo.

II – O verbo “ser” está conjugado no presente do subjuntivo, tal modo indica caráter hipotético.

III – O verbo “discorre”, no texto, encontra-se conjugado no presente do indicativo.

Desse modo, mantém-se o gabarito.

**Questão 11 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está incorreta, pois “válida” é um substantivo e com a retirada do acento passa a ser um verbo. A alternativa “B” está correta, pois a retirada do acento gráfico do verbo “prevê” não ocasiona mudança de classe gramatical, uma vez que a palavra deixa de ter sentido. A alternativa “C” está incorreta, pois “está” é um verbo e com a retirada do acento passa a ser um pronome. A alternativa “D” está incorreta, pois “público” é um substantivo e com a retirada do acento passa a ser um verbo. A alternativa “E” está incorreta, pois “polícia” é um substantivo e com a retirada do acento, passa a ser um verbo. Desse modo, mantém-se o gabarito.

**Questão 14 – Gabarito mantido.**

Os advérbios modificam verbos, adjetivos e advérbios. Sendo assim, a palavra “hoje” encontra-se dentro da locução adverbial “de hoje”, cuja formação é composta por preposição e advérbio. Tal uso modifica, portanto, o sentido do verbo “ser”, ratificando a classificação indicada. A locução “de hoje” não pode ser classificada como adjetiva, pois – para isso – ela teria que fazer referência a um nome, caracterizando-o, algo que não ocorre no contexto analisado. O vocábulo “e” é uma conjunção aditiva, pois as conjunções podem unir palavras ou orações. No caso analisado, a conjunção une palavras, não podendo, portanto, ser uma preposição acidental. Sendo assim, mantém-se o gabarito.

**Questão 15 – Gabarito mantido.**

A primeira afirmação é verdadeira, pois, conforme o último parágrafo do texto, são abordadas temáticas relacionadas ao comportamento humano, tais como princípios de empatia, gentileza, respeito e paciência. A segunda afirmativa é falsa, pois, conforme o segundo parágrafo do texto, “Na realidade, tais complicações são causadas pelos agentes que o compõe, que começa pelos pedestres e se estende até os condutores de veículos automotores.”. A terceira afirmativa é falsa, pois durante todo o texto é destacada a importância das aulas teóricas. Desse modo, mantém-se o gabarito.

**Questão 17 – Gabarito mantido.**

Na linha 05, é necessário crase, pois “devido” exige preposição, assim como “falta” admite a presença de artigo. Na linha 16, não ocorre crase, pois nenhum verbo ou nome exige a preposição, há somente a presença de artigo antes do vocábulo feminino “pessoa”. Na linha 18, não ocorre crase, pois, embora a palavra “submetida” exija preposição, “aulas” está no plural. Sendo assim, o gabarito permanece mantido.

**Questão 20 – Gabarito mantido.**

Analisando as asserções conforme segue:

I – O verbo “precisa” pertence à primeira conjugação, pois verbos, na sua forma infinitiva, terminados em -ar pertencem à primeira conjugação; terminados em -er pertencem à segunda conjugação; terminados em -ir pertencem à terceira conjugação.

II – “ela”, por exercer a função de sujeito da oração, é um pronome pessoal do caso reto.

III – Não há, na linha 34, nenhuma contração. Sendo assim, mantém-se o gabarito.

Diante disso, mantém-se o gabarito.

**Legislação**

**Questão 21 – Gabarito mantido.**

Analisando as alternativas: A alternativa de letra “A” está incorreta, pois a propriedade não está inserida no rol dos direitos sociais, mas sim no campo dos direitos individuais (Capítulo I do Título II da

Constituição Federal). A letra “B” está correta, pois transcreve a redação do §3º do artigo 5º da Constituição Federal (cláusula de abertura constitucional).

A letra “C” está incorreta, pois por expressa disposição constitucional, a lei penal retroagirá apenas para beneficiar o réu (artigo 5º, XL, da Constituição Federal).

A letra “D” está incorreta, pois, conforme expressa previsão constitucional, o aborto não está no rol dos crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal).

A letra “E” está incorreta, pois o anonimato é vedado, conforme expressa disposição constitucional prevista no inciso IV do artigo 5º da Constituição Federal. Desse modo, mantém-se o gabarito.

**Questão 22 – Gabarito mantido.**

A alternativa de letra “A” está incorreta, pois conforme expressa disposição do artigo 9º, inciso I, do Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, o servidor, ao deixar o cargo, não poderá “atuar em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe, em processo ou negócio do qual tenha participado, em razão do cargo ou função que ocupava”.

A alternativa “B” está incorreta, pois conforme dispõe expressamente o artigo 23 do Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, “Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão da administração pública municipal”.

A alternativa “C” está correta, conforme a expressa disposição do artigo 14 do Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta.

A alternativa “D” está incorreta, pois conforme expressa disposição do artigo 19 do Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, “A qualquer servidor que esteja sendo investigado é assegurado o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista dos autos, no recinto da Comissão de Ética, mesmo que ainda não tenha sido notificado da existência do procedimento investigatório”.

A alternativa “E” está incorreta, pois aqueles que não obtêm retribuição financeira também se enquadram como servidores, conforme artigo 23 do Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, que expressamente dispõe “Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão da administração pública municipal”.

**Questão 24 – Gabarito mantido.**

A alternativa de letra “A” está incorreta, pois segundo expressa disposição do artigo 100 do ECA, “Na Aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário”. Disciplina e bem comum não são objetivos visados na adoção de medidas de proteção à criança e ao adolescente.

A alternativa “B” está incorreta, pois a Guia deverá ser emitida pela autoridade judiciária, segundo artigo 101, §3º, ECA.

A alternativa “C” está incorreta, pois ato infracional são as condutas descritas como crime e como contravenção penal, conforme artigo 103, ECA.

A alternativa “D” está incorreta, pois a apreensão deverá ser comunicada imediatamente à autoridade judiciária e aos responsáveis ou pessoas indicadas pelo apreendido, conforme artigo 107, ECA.

A alternativa “E” está correta, conforme expressa redação do artigo 101, §1º, ECA.

**Questão 25 – Gabarito mantido.**

A alternativa da letra “A” está incorreta, pois segundo dispõem o *caput* e o §1º do artigo 32, da Lei Orgânica do Município de Canoas, “A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, Constituídas na forma e com atribuições previstas no Regimento ou no ato de que resultar a sua criação”, sendo que “Na constituição de cada comissão será assegurada tanto quanto o possível, a representação de todos os partidos”.

A alternativa “B” está incorreta, pois o quórum para criação é de um terço, segundo artigo 33, da Lei Orgânica do Município de Canoas.

A alternativa “C” está incorreta, pois segundo o artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Canoas, “Além da remuneração fixada nos termos do § 2º do artigo 14, os Vereadores farão jus às diárias e a remuneração por sessão extraordinária, desde que esta seja convocada pelo Prefeito Municipal, ou pelo Presidente da Câmara”. A alternativa “D” está correta, conforme redação do artigo 39, §2º, da Lei Orgânica do Município de Canoas.

A alternativa “E” está incorreta, pois o Prefeito também poderá propor emenda, conforme artigo 44, “b”, da Lei Orgânica do Município de Canoas.

**Questão 26 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está correta, conforme disposição expressa do artigo 10 da Lei n.º 5877/2014. A condição de que o abono de permanência seja restrito às hipóteses autorizadas pela Constituição não afasta a exatidão da alternativa, pois hipóteses não autorizadas pela Constituição Federal gerariam a inconstitucionalidade da própria norma. Ademais, a partir da Emenda Constitucional n.º 103 de 2019, a Constituição Federal passou a prever que “Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória”.

A alternativa “B” está incorreta, conforme disposição expressa do artigo 10 da Lei n.º 5877/2014.

A alternativa “C” está incorreta, conforme disposição expressa do artigo 10 da Lei n.º 5877/2014.

A alternativa “D” está incorreta, conforme disposição expressa do artigo 10 da Lei n.º 5877/2014.

A alternativa “E” está incorreta, conforme disposição expressa do artigo 10 da Lei n.º 5877/2014.

Desse modo, mantém-se o gabarito.

**Questão 27 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está correta, segundo dispõe o artigo 39, §2º, do Estatuto do Idoso.

A alternativa “B” está incorreta, pois o percentual é de 5%, conforme artigo 41 do Estatuto do Idoso.

A alternativa “C” está incorreta, pois os crimes previstos no Estatuto do Idoso são de ação penal pública incondicionada, conforme artigo 95 do Estatuto do Idoso.

A alternativa “D” está incorreta, pois conforme dispõe o artigo 51 do Estatuto do Idoso, “As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita”.

A alternativa “E” está incorreta, pois conforme o artigo 46 do Estatuto do Idoso, “A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

**Questão 28 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está incorreta, pois são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, conforme dispõe o artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A alternativa “B” está correta, conforme dispõe o artigo 104, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A alternativa “C” está incorreta, pois, conforme dispõe o artigo 104, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente, com relação à prática de ato infracional, deverá ser considerada a idade do adolescente à época do fato para fins de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A alternativa “D” está incorreta, pois a ordem escrita e fundamentada deve ser emitida pela autoridade judiciária competente, conforme artigo 106, Estatuto da Criança e do Adolescente.

A alternativa “E” está incorreta, pois o prazo máximo de internação antes da sentença é de 45 dias, conforme dispõe o artigo 108, Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Questão 29 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está incorreta, pois são segurados do FAPEC, conforme artigo 6º, inciso I, do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas.

A alternativa “B” está incorreta, pois são segurados do FAPEC, conforme artigo 6º, inciso I, do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas.

A alternativa “C” está incorreta, pois são segurados do FAPEC, conforme artigo 6º, inciso II, do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas.

A alternativa “D” está incorreta, pois são segurados do FAPEC, conforme artigo 6º, inciso III, do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas.

A alternativa “E” está correta, pois não estão dispostos no rol do artigo 6º do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas. Além disso, não há Poder Judiciário em âmbito municipal.

### **Raciocínio Lógico**

#### **Questão 35 – Gabarito mantido.**

Primeiramente, a questão solicita que o candidato analise a questão segundo a lógica e a teoria dos conjuntos, de acordo com o conteúdo programático deste edital. Observa-se que a conjunção entre os dois conteúdos solicitados garante o pleno desenvolvimento e resolução desta questão, sem ambiguidade quanto à interpretação e ao que é solicitado.

Além disso, sobre o conjunto resultante da operação solicitada no enunciado, é unicamente correto afirmar que  $(A - B) \cup (B - A) = \{x \mid p(x) \vee q(x)\}$ , onde,

$p(x)$ :  $x$  é gaúcho e possui carteira de habilitação do tipo A

$q(x)$ :  $x$  é gaúcho e possui carteira de habilitação do tipo B,

isto é, o conjunto de gaúchos que “ou possuem carteira de habilitação tipo A, ou possuem carteira de habilitação tipo B”.

Não é possível afirmar, de acordo com as teorias desta questão, que o conjunto resultante seja  $\{x \mid p(x) \vee q(x)\}$ , o que corresponderia à alternativa A.

Isto porque,  $A \cap B \subset \{x \mid p(x) \vee q(x)\} = A \cup B$ , mas  $A \cap B \not\subset (A - B) \cap (B - A)$ .

Logo,  $\{x \mid p(x) \vee q(x)\} \neq (A - B) \cap (B - A)$ .

Assim sendo, a única alternativa correta é a expressa na alternativa “E” e o gabarito deve ser mantido.

#### **Questão 37 – Gabarito mantido.**

A questão está de acordo com o conteúdo programático deste Edital, o qual prevê o conteúdo de progressão aritmética aplicado em resolução de problemas. Por isso, a questão e o gabarito devem ser mantidos.

#### **Questão 38 – Gabarito mantido.**

A questão 38 solicita a análise dos valores lógicos de 5 proposições lógicas compostas, buscando-se a proposição resultante verdadeira. A análise das alternativas se dá da seguinte forma:

A alternativa A está incorreta, pois  $V \vee V = F$ .

A alternativa B está incorreta, pois  $V \wedge F = F$ .

A alternativa C está incorreta, pois  $V \rightarrow F = F$ .

A alternativa D está correta, pois  $F \leftrightarrow F = V$ .

A alternativa E está incorreta, pois  $F \vee F = F$ .

Assim sendo, a única alternativa correta é a expressa na alternativa D. Portanto, mantém-se o gabarito.

#### **Questão 39 – Gabarito mantido.**

Para resolver a questão, é preciso solucionar a seguinte regra de três:

1050 --- 150%

X --- 100%

Resolvendo, obtém-se que  $X = 700$ .

Assim, a questão possui uma única resposta correta e mantém-se o gabarito.

### **Informática**

#### **Questão 43 – Gabarito mantido.**

A questão se refere a um comando do sistema operacional Linux que permite comparação entre dois arquivos. Dentre as alternativas apresentadas, a única que se refere a tal abordagem é o diff, disposto

na alternativa de letra “B”. Os demais comandos realizam outros tipos de operação, exceto o comando apresentado na alternativa de letra E, que não existe no Linux. Sendo assim, mantém-se o gabarito.

**Questão 45 – Gabarito mantido.**

HDs são fontes secundárias de informação dentro da arquitetura de Von Neumann, sendo também classificados como memória auxiliar. Sendo assim, a única alternativa que apresenta a resposta correta, é a alternativa de letra “C”.

**Questão 46 – Gabarito mantido.**

A opção de criar um novo e-mail está localizada na aba Página Inicial no Outlook que faz parte do Office 365, ao qual a bibliografia do Edital remete-se. Dentre as alternativas, a resposta correta está na letra “D”.

**Questão 47 – Gabarito mantido.**

Conforme documentação do sistema Windows, disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br/windows/atalhos-do-teclado-no-windows-dcc61a57-8ff0-cffe-9796-cb9706c75eec>, a tecla f2 é uma sequência de atalho para renomear um item selecionado. Diante disso, mantém-se o gabarito.

**Questão 48 – Gabarito mantido.**

Conforme a bibliografia sugerida no edital, em especial o livro de TANENBAUM, existem endereços reservados para uso em redes locais, o quais não são válidos na Internet. Na hipótese de uso de NAT, o endereço para acesso à Internet é alterado para um IP válido, permanecendo o endereço original inválido para acesso à Internet. Diante disso, a alternativa que apresenta a resposta correta é a letra “B”.

**Questão 49 – Gabarito mantido.**

De acordo com a documentação do Microsoft Excel, disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br/office/funções-do-excel-por-categoria-5f91f4e9-7b42-46d2-9bd1-63f26a86c0eb>, a única função lógica, dentre as alternativas é a função apresentada na alternativa B, ou seja, XOR. A função ABS faz parte do grupo de funções matemáticas; a função SUM só existe na versão em inglês da ferramenta e faz parte do grupo de funções matemáticas e trigonométricas; a função DESC faz parte do grupo de funções financeiras, já a função DIA.DA.SEMANA faz parte do grupo das funções de data e hora. Desse modo, mantém-se o gabarito.

**Questão 50 – Gabarito mantido.**

Microsoft Power Point que é parte do pacote Office 365, a imagem apresentada na questão é parte do que é mostrado quando o usuário clica sobre o menu design. Desse modo, a alternativa correta é a letra “A”.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 51 – Gabarito mantido.**

O enunciado da questão versa sobre as penas privativas de liberdade, segundo estabelecido pelo Código Penal Brasileiro. A afirmação I está correta, uma vez que o conceito de regime fechado está em conformidade com o disposto no art. 33, § 1º, **a**, do Código Penal Brasileiro. **A afirmação II está correta, pois o conceito de regime aberto está em consonância com o disposto no art. 33, § 1º, c, do Código Penal Brasileiro. Por fim, a afirmação III está correta, visto que o conceito de regime semiaberto está de acordo com o disposto no art. 33, § 1º, b, do Código Penal Brasileiro. Desse modo, tendo em vista que as três afirmativas estão corretas, a alternativa a ser considerada é a letra “E”. Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.**

**Questão 53 – Gabarito mantido.**

De acordo com o que se pede no enunciado da questão, a única afirmativa que atende ao disposto na Lei nº. 9.455/1997 (Lei que define os crimes de tortura), é a afirmativa I, uma vez que em consonância

com o art. 1º, § 4º, III, do referido diploma legal, devendo ser considerada como correta a alternativa “A”. **Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.**

**Questão 54 – Gabarito Anulado.**

A questão versa sobre o conhecimento do(a) candidato(o) em relação a Lei Complementar 6/2016, que institui a Guarda Municipal de Canoas, dispõe a Corregedoria e a Ouvidoria da Guarda Municipal de Canoas e dá outras providências, em relação ao prazo que deverá ser apresentado o relatório de apuração preliminar de infração disciplinar. Consoante disposto no referido diploma legal, o prazo é de 5 (cinco) dias úteis, conforme preceitua o art. 24. Desse modo, a resposta a ser assinalada como correta é a letra “A”. Entretanto, em que pese à parte final do enunciado ser relevante para a resolução da questão, uma vez que diverge do disposto no art. 24, da Lei Complementar 6/2016, anula-se a questão.

**Questão 55 – Gabarito mantido.**

A questão versa sobre o conhecimento do acerca do inquérito policial, segundo disposto no Código de Processo Penal. A alternativa “A” está incorreta, uma vez que é uma liberalidade a comunicação verbal ou escrita e não uma obrigatoriedade de qualquer pessoa do povo. A alternativa “B” está incorreta, visto que se trata de incumbência da autoridade policial fornecer às autoridades judiciárias as informações e não à guarda municipal. A alternativa “C” está incorreta, posto que nos crimes de ação privada a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la e não em ação pública incondicionada. A alternativa “D” está incorreta, na medida que a diligência será realizada, ou não, a juízo da autoridade, não sendo configurada obrigatoriedade, conforme descrito na alternativa. Por fim, a alternativa “E” está correta, pois está em conformidade com o disposto no art. 7º, do Código de Processo Penal. Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.

**Questão 56 – Gabarito mantido.**

A questão versa sobre o conhecimento acerca do Banco Nacional de Perfis Balísticos, segundo disposto no Estatuto do Desarmamento (Lei nº. 10.826/2003). Destaca-se que o enunciado menciona expressamente o Estatuto do Desarmamento, dessa forma, não cabe fazer analogias ou interpretações extensivas com outras legislações. Destaca-se que o art. 34-A e parágrafos estão em vigor, uma vez que não foram revogados. A afirmativa I está correta, visto que atende com o disposto no art. 34, § 2º, do Estatuto do Desarmamento. A afirmativa II está incorreta, uma vez que a formação, a gestão e o acesso ao Banco Nacional de Perfis Balísticos serão regulamentados em ato do Poder Executivo federal e não pelo Poder Legislativo federal, consoante disposto na afirmativa. Por fim, a afirmativa III está correta, pois está em consonância com o disposto no art. 34, § 3º, do Estatuto do Desarmamento. Destarte, a alternativa correta é a letra “D”. **Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.**

**Questão 57 – Gabarito mantido.**

A questão versa sobre a modalidade do regime de cumprimento inicial das penas dos crimes hediondos. Frisa-se que o enunciado é claro no sentido de referir o entendimento em relação a Lei nº. 8.072/1990, não cabendo analogias com outras legislações ou com decisões judiciais. Da análise do diploma legal referido, o regime inicial de cumprimento da pena em casos de crimes hediondos é em regime fechado (art. 2º, § 1º, da Lei nº. 8.072/1990). Assim, as alternativas “A”, “C”, “D” e “E” estão incorretas. Destarte, a alternativa correta é a letra “B”, sendo **mantido o gabarito preliminar da questão.**

**Questão 59 – Gabarito mantido.**

O enunciado da questão é claro e versa sobre o conhecimento do(a) candidato(a) em relação ao período que o motorista profissional pode dirigir ininterruptamente. O enunciado expressa e faz uso do Código de Trânsito Brasileiro, dessa forma, não cabe analogias com outras legislações ou regulamentações. Em que pese o questionamento é específico no sentido de abordar o disposto no art. 67-C, caput, do Código de Trânsito Brasileiro: “É vedado ao motorista profissional dirigir por mais de 5 (cinco) horas e meia ininterruptas veículos de transporte rodoviário coletivo de passageiros ou de transporte rodoviário de cargas.” Na questão não foi solicitado conhecimento sobre o disposto nos parágrafos do art. 67-C, do Código de Trânsito Brasileiro, e sim no caput, razão pela qual não cabem

analogias ou interpretações extensivas desses. Destarte, a única alternativa que atende o requerido na questão é a letra “A”. **Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.**

**Questão 62 – Gabarito mantido.**

O enunciado da questão versa sobre as medidas a serem tomadas pelo Ministério Público em relação à instrução criminal. A afirmativa I está correta, uma vez que o Ministério Público pode requerer o arquivamento (art. 54, I, da Lei nº. 11.343/2006). A afirmativa II está incorreta, visto que o Ministério Público poderá arrolar apenas até 5 (cinco) testemunhas e não oito testemunhas (art. 54, III, da Lei nº. 11.343/2006). Por fim, a afirmativa III está correta, pois o Ministério Público poderá solicitar as diligências que entender necessárias (art. 54, II, da Lei nº. 11.343/2006). Desse modo, a alternativa correta é a letra “D” e mantém-se o gabarito.

**Questão 63 – Gabarito mantido.**

É questionado quais são as formas de extinção da punibilidade de acordo com o Código Penal Brasileiro. A afirmativa I está correta, uma vez que a extinção da punibilidade ocorre pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso (art. 107, III, do Código Penal Brasileiro). A afirmativa II está incorreta, visto que não se extingue a punibilidade pela retratação do agente, nos casos de crimes dolosos. Por fim, a afirmativa III, está correta, sendo que a extinção da punibilidade ocorre pela prescrição, decadência ou perempção (art. 107, IV, do Código Penal Brasileiro). Destarte, a alternativa correta é a letra “D”. **Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.**

**Questão 65 – Gabarito mantido.**

A questão versa sobre o conhecimento acerca da ação penal, segundo disposto no Código de Processo Penal. A alternativa “A” está correta, pois se encontra em consonância com o disposto no art. 24, do Código de Processo Penal. A alternativa “B” está incorreta, visto que qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública e não em caso de ação pública condicionada, desatendendo o disposto no art. 27, do Código de Processo Penal, sendo que ação pública e ação pública condicionada são conceitos diversos. A alternativa “C” está incorreta, uma vez que o órgão do Ministério Público dispensará o inquérito. A alternativa “D” está incorreta, na medida que o prazo será contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime e não do dia do fato. Por fim, a alternativa “E” está incorreta, posto que o Ministério Público não poderá desistir da ação penal. **Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.**

**Questão 67 – Gabarito mantido.**

O solicitado na questão é qual das contravenções se refere a pessoa. A alternativa “A” está incorreta, uma vez que se trata de contravenção penal em face do patrimônio. A alternativa “B” está incorreta, visto que se trata de contravenção em face da incolumidade pública. A alternativa “C” está correta, pois versa sobre contravenção penal em face da pessoa, art. 22, da Lei nº. 3.688/1941. A alternativa “D” versa sobre contravenção penal em face da paz pública, razão pela qual está incorreta. Por fim, a alternativa “E” está incorreta, uma vez que se refere à contravenção penal em face da fé pública. **Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.**

**Questão 68 – Gabarito mantido.**

A questão versa sobre a prisão em flagrante, conforme disposto no Código de Processo Penal. A alternativa “A” está incorreta, pois qualquer do povo poderá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito, não sendo uma obrigatoriedade, conforme dispõe o art. 301, do Código de Processo Penal. A alternativa “B”, está correta, uma vez que em consonância com o disposto no art. 302 e incisos, do Código de Processo Penal. A alternativa “C” está incorreta, uma vez que o preso deve ser apresentado a autoridade mais próxima e não ao juiz do lugar mais próximo, desatendendo ao disposto no art. 308, o Código de Processo Penal. A alternativa “D” está incorreta, visto que a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, e não no prazo de 72 horas. Por fim, a alternativa “E” está incorreta, uma vez que a cópia integral será encaminhada a Defensoria Pública e não a Ordem dos Advogados do Brasil. **Assim, fica mantido o gabarito preliminar da questão.**



**Questão 70 – Gabarito mantido.**

A presente questão versa sobre as exigências para os residentes em áreas rurais possuir arma de fogo, sendo questionado quais são os requisitos de acordo com a Lei nº. 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento). Na alternativa correta é especificado o número de anos, sendo que um dos requisitos é ser maior de 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispõe o art. 6, § 5º, da referida Lei. Assim, os requisitos para residentes em áreas rurais possuir arma de fogo estão devidamente elencados na alternativa “A”, razão pela qual deve ser assinalada como correta. As demais alternativas apresentadas na questão estão em desacordo com o disposto no art. 6, § 5º, da Lei nº. 10.826/2003. Desse modo, fica mantido o gabarito preliminar da questão.

**MUNICÍPIO DE CANOAS-RS, em 13 de outubro de 2021.**

**Jairo Jorge da Silva,  
Prefeito Municipal**

**Registre-se e Publique-se  
E Cumpra-se**

---